

O mau humor do “mercado”

*Eleutério F. S. Prado**

Para o economista Fernando de Holanda Barbosa Filho, da FGV, observa-se atualmente na economia brasileira uma “combinação perversa de baixo crescimento e inflação elevada”. A demanda agregada é forte, o emprego em relação à força de trabalho disponível mostra-se alto, mas o investimento para aumento da capacidade produtiva tem sido anêmico. Nessas circunstâncias, “os trabalhadores conseguiram aumentos reais de salários que não foram acompanhados por ganhos de produtividade”. Diante desse quadro, ele chega à conclusão de que “é impossível trazer a inflação para o centro da meta sem ocasionar uma recessão que desaqueça o mercado de trabalho” (Barbosa Filho, 2014).

Para o economista Alexandre Schwartsman, consultor econômico independente, o resultado “desastroso” acima apontado deve ser creditado na conta da “nova matriz macroeconômica” – termo pelo qual se indica a política econômica posta em prática no Governo Dilma, a partir de 2011. Esta política, tal como pensada por seus formuladores, compunha-se de um tripé: juros baixos, câmbio competitivo e política fiscal favorável ao investimento público. Para Schwartsman, ela consistiu numa opção para incentivar o consumo, descuidando do investimento; por isso, ela tem de ser modificada: “sem uma mudança de ênfase na política econômica, que passe a privilegiar investimento sobre consumo, produtividade sobre favores governamentais e forças de mercado sobre as intervenções desastradas que marcam a atual administração, o crescimento não se acelera”. (Schwartzman, 2014).

Para um físico que ensina teoria econômica, Samuel Pessoa, ainda da FGV, a situação atual da economia brasileira também não é boa. Segundo ele, a tendência observada nas últimas décadas de baixa taxa de acumulação de capital vem a ser uma “escolha”: “a agenda da sociedade brasileira hoje não é crescimento; é equidade”. Ao mesmo tempo em que parece admirar a opção da China que expande o PIB na casa dos dois dígitos ao ano, indica claramente que não se conforma com a situação brasileira: “o ensaio nacional desenvolvimentista piorou a situação, pois ele tira a eficiência da economia.” Mediante o rótulo “ensaio”, refere-se à política do governo petista, ainda sob Lula, mas já com Guido Mantega no Ministério da Fazenda, com certo tom pejorativo. Essa política, segundo Pessoa, vem rebaixando significativamente a perspectiva do crescimento econômico do capitalismo no Brasil.

Mas por que, afinal, o PIB do Brasil voltou ao padrão “voo da galinha” que prevalecia já na época do Presidente FHC? Agora, segundo ele, a situação é diferente: por um lado, ocorreu “o esgotamento do fator trabalho”; por outro, voltou à tona o intervencionismo estatal que havia sido devidamente afogado pelo mandatário liberal – liderança política de centro-direita que, como se sabe, também fora marxista: “parte do baixo crescimento, mais recente, vem da ineficiência econômica e dos erros de política econômica que foram cometidos seguidamente a partir de 2009.” Ora, conclui:

* Professor sênior da FEA/USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

"revertendo essa política, voltando ao regime anterior e avançando a partir de onde a gente estava antes, muda-se isso. O FHC não é o fim dos tempos." (Pessoa, 2014).

Ora, a que se deve o mau humor do "mercado", essa personagem muda tão intrigante da sociedade moderna, em relação à política econômica mais recente dos governos petistas, o qual está sendo reverberado e difundido por economistas liberais que acreditam piamente na "mão invisível"? Deve-se – conforme a tese de Samuel Pessoa – ao fato de que se tem o "Estado decidindo a alocação de capital, (...) fazendo microgerenciamento das políticas de impostos e das tarifas de importação para incentivar alguns setores escolhidos segundo certos critérios, (...) fazendo microgerenciamento da política de intermediação financeira"? Por que será que o "ensaio nacional desenvolvimentista deu" – ainda segundo ele – "errado"? (Pessoa, 2014).

Ora, como sempre, é preciso ir além da aparência, da mera apreensão dos nexos externos entre os fenômenos, para compreender o que está em jogo no capitalismo. A análise liberal, entretanto, não deixa de fornecer por meio de sua visada fenomênica – e, principalmente, por meio de suas lacunas e contradições – pontos de apoio para uma investigação mais profunda. Ela se restringe a examinar a repartição do produto social na esfera da circulação. Porém, é preciso investigá-la também na esfera da produção de mercadorias.

Aqui se acredita que, para melhor compreender o mau humor do "mercado" com os governos petistas, é necessário estudar o que ocorreu com a evolução da relação entre os lucros e os salários das empresas capitalistas produtivas, no período que se seguiu ao fim da ditadura militar, ocorrido em 1985. Ou seja, não se deve apenas ouvir as vozes que falam pela personagem "mercado" no momento atual, pois é preciso perscrutar o que vem se passando silenciosamente no âmago do capitalismo pelo menos durante as duas últimas décadas. Dito de outro modo, tem-se de ir além da análise da conjuntura em que afloram as contradições para descobrir como está andando, contraditoriamente, o próprio modo de produção capitalista.

É sabido que esse tipo de estudo, quando se pretende desenvolvê-lo de um modo fundamentado, encontra muitas dificuldades. É preciso operar com os dados fornecidos pela contabilidade social e estes são apresentados agregadamente, a partir de manipulações dos dados primários fornecidos pelas empresas (e outras fontes), com base em metodologia informada pela teoria neoclássica. No caso do Brasil, há um conjunto bem razoável de informações do sistema como um todo apenas a partir de 1990. Com base nos dados disponíveis, o economista crítico Elizeu Serra de Araújo calculou a taxa de mais-valia – ou seja, a razão entre a massa de mais-valia e o montante de capital variável – para a economia brasileira entre 1990 e 2007. (Araújo, 2013).

Os resultados dos cálculos de Araújo, assim como os de uma projeção feita para os anos seguintes, estão expostos, graficamente, na figura que aparece em sequência. Aí se apresenta uma estimativa da evolução temporal, ano a ano, da taxa de exploração na economia brasileira entre 1990 e 2013 (inclusive). Na figura, para estabelecer uma conexão do evolver dessa taxa com a política econômica de cada época, são demarcados os períodos governados pelos presidentes Collor/Itamar, FHC, Lula e Dilma. Assim construída, essa figura torna evidente que a taxa de exploração cresceu nos dois primeiros governos mencionados até os dois primeiros anos do

governo Lula, para passar, daí então, a cair acentuadamente – sem, no entanto, voltar ao nível do começo dos anos 90.

Uma interpretação circunstancial do conteúdo dessa figura não é difícil de fazer. Entretanto, antes disso, parece necessário fornecer algumas informações básicas sobre os conceitos e os procedimentos adotados. Para fazer os cálculos, Araújo distinguiu em primeiro lugar os setores produtores de valor (indústria extrativa e de transformação, agropecuária, construção, utilidade pública e certos serviços) e os setores que a teoria marxiana considera improdutivos de valor (comércio, finanças, intermediação em geral, governos).

A partir disto, ele procurou computar o valor novo criado anualmente durante os anos estudados. Este, então, foi considerado como igual ao valor adicionado nos setores produtivos, mais os valores transferidos para os setores improdutivos, inclusive para o setor comércio. Em sequência, procurou calcular, mediante certas suposições aproximativas, os rendimentos dos trabalhadores dos setores produtores de mais-valor. Incluiu neles os salários e as contribuições sociais feitas pelos empregadores. Desse modo, mediante subtração, obteve uma estimativa da massa de mais-valor. Dispondo, então, dessas duas séries, foi capaz de calcular as taxas de exploração procuradas, ano a ano, isto é, as razões entre as massas de mais-valor e as de valor repassados aos trabalhadores produtivos (isto é, o que Marx designa por capital variável).



Araújo apresentou os seus dados da taxa de exploração para dois subperíodos: 1990-1994 e 1995-2007. Segundo ele, em razão de mudanças feitas pelo IBGE na metodologia da contabilidade social do Brasil, as estimativas obtidas para cada um desses períodos não podiam ser comparadas em sentido absoluto. Apesar disso, como aqui se pretende fornecer apenas um indicativo de tendência, elas foram consideradas encadeáveis. Por isso mesmo, os valores anuais apresentados na figura acima não podem ser tomados como magnitudes que expressam o grau de exploração realmente existente na economia brasileira. Ademais, nessa figura são apresentados dados

indicativos para os anos posteriores a 2007. Eles foram obtidos por estimativas singelas em que se utilizaram dados da evolução dos salários reais e da produtividade do trabalho encontráveis em publicação do IPEA (2014). Para tanto, empregou-se a fórmula segundo a qual a taxa de exploração é igual a razão entre a produtividade do trabalho e o salário real por trabalhador produtivo de valor, adicionada de um (1).

Araújo, em seu estudo, não apresentou a evolução da taxa de lucro medida ao modo de Marx; para tanto, como se sabe, ele precisava dispor de boas estimativas dos montantes de capital constante necessários à produção das mercadorias – as quais costumam ser, como se sabe, bem problemáticas. Essa taxa de lucro, como também se sabe, pode ser expressa como uma razão entre a taxa de exploração e a composição orgânica do capital, somada de 1. A composição orgânica do capital, por sua vez, consiste da relação entre o capital constante e o capital total (a soma do capital constante e do capital variável).

Um estudo de Guedes Pinto, entretanto, procurou fazer essa estimativa em caráter experimental (Guedes Pinto, 2010). Ao fazê-lo, esse autor notou que a composição orgânica do capital não se alterara significativamente no período que vai de 1990 a 2005. Ora, se essa constatação for aproximadamente correta para o período como um todo, pode-se inferir imediatamente que a evolução da taxa de lucro no Brasil, durante o período considerado, tem o mesmo perfil temporal da taxa de exploração (apresentada explicitamente no gráfico). Essa inferência, porém, talvez seja excessivamente arriscada. E, por isso, não será aqui empregada.

Em consequência, de qualquer modo, se isto ainda for necessário, recomenda-se que a informação contida nessa figura seja tomada com o devido cuidado – especialmente com referência aos valores dos últimos seis anos. Apesar disso, vai-se considerá-la como relevante para fazer uma análise preliminar da evolução do capitalismo brasileiro nos últimos anos – uma análise, aliás, que, ao final, mesmo como todas as reservas possíveis, certamente parecerá ainda bem plausível e sugestiva. A análise que segue, portanto, faz uso apenas do andamento histórico da taxa de exploração no período considerado.

Ainda antes de passar à interpretação dos resultados resumidos no gráfico contido nessa figura, é interessante mencionar um comentário, bem revelador, de outro economista, José Luiz Oreiro, da UFRJ, cuja análise da economia brasileira não é pautada pela teoria neoclássica, mas pela teoria keynesiana e pós-keynesiana. No trato da questão aqui abordada, ele parte de uma constatação: “o baixo crescimento da economia brasileira nos últimos anos é o resultado de um nível baixo de investimento (público e privado) em expansão da capacidade produtiva e em infraestrutura”. Ora, essa afirmação trivial, da qual ninguém discorda, é acompanhada de outra bem mais interessante: “o investimento privado responde a estímulos pecuniários. Se o setor privado está investindo pouco no Brasil é porque a taxa esperada de retorno dos projetos de investimento é baixa.” (Oreiro, 2014).

Essa última afirmação, por absurdo que pareça, contraria o que dizem os textos comuns da teoria econômica corrente, pois estes omitem qual vem a ser a finalidade intrínseca da produção capitalista. É claro, ela é frequente no discurso dos próprios capitalistas. Ao lembrar-se da importância da taxa esperada de retorno para o desempenho do sistema, mesmo que não pretenda, Oreiro vem concordar com Marx quando este diz que “o valor de uso nunca deve ser tratado como meta imediata do capitalismo; tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho”

(Marx, 1983, p. 129). Ora, assim, este autor heterodoxo vem apontar como causa da estagnação recente do capitalismo no Brasil a redução da taxa de exploração e, assim, a redução consequente da taxa de lucro. Assim, também, ele deixa mais explícito aquilo o que os outros autores antes citados deixam apenas implícito. O que não deixa de ser um mérito!

Oreiro assinala a causa desse infortúnio para o modo de produção capitalista: atualmente – diz – prevalece uma perversa “combinação entre câmbio apreciado e juros elevados”. Segundo esse autor, a valorização do real espreme o lucro dos capitalistas. Por um lado, “uma taxa de câmbio competitiva é fundamental para que o empresariado nacional (sic!) possa atender a demanda tanto dos consumidores domésticos, como dos consumidores do resto do mundo”. Por outro, como essa taxa se encontra bem valorizada, ela produz um aumento dos ganhos dos trabalhadores: “o aumento do salário real nos últimos anos” – completa ele – “não decorre do aumento da produtividade do trabalho, mas apenas da sobrevalorização cambial” (Oreiro, 2014).

Essa última tese, porém, não parece ser suficiente para explicar porque a taxa de elevação do salário real foi superior à da produtividade do trabalho nos últimos anos, ou seja, aproximadamente desde 2007. Na explicação desse fenômeno, têm razão também os autores liberais quando indicam que essa elevação está associada a uma redução do exército industrial de reserva (ou seja, ao baixo desemprego). Mesmo sem ocupar a força de trabalho como um todo, o avanço recente da produção capitalista no Brasil parece ter encontrado restrições na disponibilidade de trabalhadores em ocupações específicas. Ora, tais limitações, ao elevar um pouco o poder de barganha dos trabalhadores como um todo, contribuiu para certo aumento em geral do salário real.

Ao privilegiar essa explicação, no entanto, eles colocam esse pecado capital contra o sistema da relação de capital nas costas do PT; eis que este partido político, ora no comando do governo central, pretendeu sustentar o crescimento por meio da expansão da demanda (via desoneração tributária, contenção de certos preços, expansão do crédito, bolsa família, aumento do salário mínimo em termos reais, etc.). É de se perguntar, no entanto, se os outros partidos, como o PSDB, o PSB, etc. não fariam algo semelhante se, instalados no poder, tivessem por propósito ganhar uma eleição presidencial mais a frente! Na verdade, aqui se está na presença de uma limitação da democracia no modo de produção capitalista: ela não pode deixar de ser fraudulenta e populista em alguma medida.

De qualquer modo, Oreiro, por diverso caminho, chega quase ao mesmo diagnóstico de política econômica: para destravar o crescimento da produção capitalista no Brasil é preciso reduzir, no curto prazo, os ganhos reais dos trabalhadores assalariados. Segundo ele, isto deve ser feito por meio de forte desvalorização do câmbio. Outros, mais afoitos, querem logo uma recessão purgativa para colocar os salários num nível mais confortável para os capitalistas. Assim, com dentes cerrados, um sussurro de indignação atravessa o Brasil! Todos os economistas do sistema estão de acordo: é preciso inverter a tendência cadente da taxa de exploração!

É preciso, pois, voltar à figura notável que alimentou essa nota crítica. Uma análise meramente circunstancial vem logo estabelecer uma relação bem imediata entre a política econômica dos diversos governos com o movimento

ascendente/descendente da taxa de exploração. Segue-se: entre 1990 e 2002 (inclusive), durante o período neoliberal, o modo de atuação dos governos Collor/Itamar e FHC provocou o crescimento da taxa de exploração; entre 1993 e 2013 (inclusive), já durante o período populista, os governos de Lula e Dilma manejaram a política econômica de um modo mais favorável aos trabalhadores, fazendo cair essa taxa.

Mesmo tendo essa análise certo grau de veracidade, ela se afigura ainda como insuficiente. Pois, o evolver da economia capitalista não depende apenas das políticas econômicas enquanto tais dos sucessivos governos, isto é, em última análise, das orientações ideológicas dos partidos que ganharam as eleições em cada um dos períodos considerados. Um estudo mais refinado teria de levar em conta as condições estruturais do evolver da economia capitalista no Brasil, as relações de força no embate entre as classes sociais, assim como as circunstâncias históricas nacionais e internacionais que influenciaram as decisões tomadas. A tese de que o agente político é sujeito pleno e que ele conduz o sistema econômico ao seu talante, como se deveria saber, é falsa.

As taxas médias de crescimento do PIB nos quatro governos pós-1990 também foram colocadas na figura. Assim se pode ver que, fora do governo Lula, as taxas de crescimento do PIB no Brasil – tendo-se por padrão o desempenho das economias capitalistas em geral – foram pequenas. Ora, como se sabe, esse resultado não se deveu à arte política do antigo operário metalúrgico, mas ocorreu principalmente devido a uma conjuntura internacional, a qual elevou enormemente os preços das matérias primas. Já o governo Dilma enfrentou uma crise internacional que, se não lhe prescreveu os passos a serem dados na condução da política econômica, condicionou-o fortemente. De todo modo, em nenhum desses dois governos houve grande audácia, qualquer transgressão da normalidade capitalista.

Antes de terminar é preciso, pois, adicionar uma interrogação: o que fazer para superar o ponto morto em que se encontra a história atual? O caminho será difícil. Sabe-se, entretanto, que se os trabalhadores querem verdadeiramente mais liberdade e mais igualdade no futuro, uma forma de vida transparente e efetivamente democrática, eles têm de produzir a superação do sistema capitalista. Ao percorrer esse caminho, entretanto, eles não podem cair novamente em sistemas econômicos e políticos autoritários e mesmo totalitários, os quais marcaram o “socialismo” no século XX. O princípio de organização que deve orientar a ação já foi formulado: “trabalhadores livremente organizados”! Torná-lo uma realidade é, pois, o desafio!

Referências

- Araújo, Elizeu S. – Tendências da exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo (1990-2007). In: *Revista da SEP*, nº 36, outubro de 2013, p. 117-146.
- Barbosa Filho, Fernando de H. – Ritual de credibilidade. In: *Folha de S. Paulo*, 20/03/2014.
- IPEA – *Carta de conjuntura* – março de 2014.
- Guedes Pinto, José Paulo – A contabilidade social na perspectiva clássica/marxiana. In: *Revista da SEP*, nº 27, outubro de 2010, p. 109-137.
- Oreiro, José Luís – A armadilha juros-câmbio: a continuidade do desequilíbrio macroeconômico brasileiro. In: sítio do autor, 2014.
- Marx, Karl – *O capital – Crítica da Economia Política*. Volume I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Pessoa, Samuel – Deu errado o ensaio desenvolvimentista. In: *Estadão*, 6/04/2014.
- Schwartsman, Alexandre – A gente não quer só comida. In: *Folha de S. Paulo*, 09/04/2014.